



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, realizada no dia 29 de maio de 2015, na cidade de Nazaré Paulista/São Paulo.

Realizou-se no dia 29 de maio de 2015, às 17:00 horas, na Câmara Municipal de Nazaré Paulista, Av. Comendador Vicente de Paula Penido, nº 245, Centro, Nazaré Paulista/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP** (Processo IMPACTO 113/2014). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patricia Iglecias**, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Prefeito do Município de Nazaré Paulista, Joaquim da Cruz Júnior; dos Ilustríssimos Senhores Fabrício Cesar Gomes, Secretário-Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; Ricardo Daruiz Borsari, Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE; Mônica Porto, Secretária Adjunta de Estado da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; Adriano Gentil, Gerente da Agência Ambiental de Atibaia; e Itamar Ferreira Daniel, Vice-Prefeito de Nazaré Paulista; - nas pessoas dos representantes do Poder Legislativo, Ilustríssimos Senhores Dito Carlos e Jair Rufino de Araújo, Vereadores pelos Municípios de Igaratá; Vereador João Pan e Joaquim da Cruz Júnior, Prefeito do Município de Nazaré Paulista; Senhor Juarez Domingues de Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente do Município de Igaratá; aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Dito Carlos e Jair Rufino de Araújo, Vereadores pelo Município de Igaratá; Orlando Paixão, Vereador pelo Município de Santa Isabel; Fabrício César Gomes, Secretário-Executivo do Comitê da Bacia do Paraíba do Sul; Paulo Catta Preta e Joel de Maia, Vereadores pelos Municípios de Atibaia e Nazaré Paulista, respectivamente; dos representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, das entidades da sociedade civil, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, das entidades ambientalistas, enfim, a todos os que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP** (Processo IMPACTO 113/2014). Declarou possuir a função regimental de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado(a) a todos, para que sobre ele(ela) opinem, formulem propostas, indagações, críticas, sugestões e elogios, com o propósito de contribuir para sua melhoria e aperfeiçoamento. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente, conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que o façam de forma democrática e organizada. Expôs, resumidamente, as normas estabelecidas pela Deliberação **CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas, através das quais o CONSEMA estabelece que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu

1



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representante, do projeto ou proposta, e, na segunda parte, a apresentação, pelo representante da equipe multidisciplinar que o formulou, dos diferentes estudos que constituem o EIA/RIMA e que contemplam exposição detalhada de todos e de cada um de seus aspectos. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, dado que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em prosseguimento, acrescentou, se manifestarão os representantes dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, e, a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falarão os representantes do Poder Executivo, seguidos dos que representam o Poder Legislativo, para que se posicionem acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos segmentos que antes deles se manifestaram, criando-se, assim, a oportunidade, de oferecerem os esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados. O **Secretário-Executivo** reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, assim procedessem aqueles que o desejassem, mas que ainda não houvessem se inscrito. Antes de passar à primeira etapa, declarou o **Secretário-Executivo** referiu-se, à constituição da Mesa Diretora dos Trabalhos, a ser por ele presidida, da qual, como igualmente declarou, fazem parte dois representantes do CONSEMA, eleitos entre os presentes e que são Marcelo Pereira Manara e Mayla Fukushima. Convidou ambos a comporem a Mesa Diretora dos Trabalhos e solicitou à representante da CETESB, Mayla Fukushima, que oferecesse informações sobre a etapa do processo de licenciamento em que se encontrava esse empreendimento. **Mayla Fukushima** esclareceu que o processo se encontrava na etapa em que são colhidas todas contribuições e manifestações oferecidas, ou seja, em que é recolhida a documentação que comprove ou a viabilidade ou a inviabilidade do empreendimento. Declarou ainda que, caso se reconheça, com base nos estudos aludidos, que, do ponto de vista ambiental, o empreendimento é viável, se emitirá a licença prévia e se passará, ato contínuo, à etapa posterior, que é a conclusão do licenciamento prévio. O **Secretário-Executivo** esclareceu ainda que o prosseguimento dos trabalhos exigia o atendimento da solicitação formulada pelo conselheiro Marcelo Pereira Manara, qual seja, de que antes de se adentrar na discussão propriamente dita sobre os dados técnicos que embasam os estudos, a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, Mônica Porto, apresentasse o enquadramento um pouco mais geral da crise hídrica que o Estado de São Paulo está enfrentando e oferecesse dados sobre a região da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. A Secretária de Estado Adjunta **Mônica Porto**, observou, também, depois de saudar a todos, que contextualizaria a questão hídrica, tal como vem sendo enfrentada pelo Estado de São Paulo e pelas relações que com ela estabelecem diferentes setores, inclusive questões que dizem respeito à segurança hídrica que atinge todo o Estado. Referiu que essa crise deixará importante legado, que são as discussões sobre a segurança hídrica e o abastecimento das populações do Estado de São Paulo. Argumentou ainda que a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP foi a mais fortemente atingida por essa crise, e que o Sistema Cantareira, entre os sistemas de abastecimento, foi o mais fortemente afetado pela seca, fenômeno este sem precedentes, nunca antes observado e que não possui qualquer semelhança com os eventos conhecidos. Pontuou que o aumento da segurança hídrica do Sistema Cantareira, com relação à RMSP, levou a Sabesp a iniciar, há um ano, a elaboração de estudos que ora são objeto do licenciamento ambiental como também o encaminhamento da primeira solicitação de análise dessa transposição à Agência Nacional de Águas-ANA. Explicou ser o Sistema Produtor Alto Tietê um dos que ajudam a suprir a deficiência acima referida, uma vez que promove um aporte para Ponte Nova, que se localiza na cabeceira do Rio Tietê. Lembrou que a Sabesp estava aumentando a capacidade de transferência do Rio Pequeno para o Rio Grande e do Rio Grande para o Reservatório Taiaçupeba, com capacidade de transferência de 4 m³/seg., o que se encontra em execução. A Secretária-Adjunta da Secretaria de Estado de Saneamento e de

2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Recursos Hídricos declarou também que tem trabalhado especificamente em segurança hídrica nas várias regiões do Estado, principalmente depois da ocorrência do fenômeno da seca observada no período de 2013 a 2014, fenômeno, este, de caráter excepcional e que ainda não terminou. Acrescentou que a seca que atingiu diversas regiões do Estado de São Paulo, com extensões de gravidade distintas, mostrou a importância de serem estabelecidas condições que garantam, principalmente, o abastecimento da população, que é o uso prioritário, conforme apregoa a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9433/97. A região do Paraíba do Sul é uma das regiões do Estado de São Paulo sobre a qual mais se deteve, tanto para garantir o abastecimento da população como pela importância do Rio Paraíba do Sul como manancial. A seca de 2013-2014, advertiu, de proporções históricas no Estado de São Paulo, ocorreu de forma repentina e abrupta e prolongou-se por todo o ano passado, e ainda esse ano são sentidos seus reflexos. É conhecido igualmente que as secas são fenômenos persistentes, com durações mais longas do que as dos períodos de cheia, e que, por essa razão, o Estado de São Paulo já vinha preparando um novo planejamento, denominado Plano da Macrometrópole, com vistas a promover maior proteção para a região leste do Estado de São Paulo, na qual se concentra a maior parte da população e das atividades econômicas. O Plano da Macrometrópole, desenvolvido no período de 2009 a 2013, versa sobre o aumento da segurança hídrica das Regiões Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e Região da Baixada Santista. Explicou que a depleção dos reservatórios do Paraíba do Sul, ao longo do ano passado, devido à produção de energia, aliado ao ineditismo do fenômeno da seca e seu agravamento no período de outubro de 2013 a março de 2014, levou à antecipação da implantação do Plano da Macrometrópole. No início do ano passado, em março, o Governador Geraldo Alckmin, com a ênfase do pacto federativo e o fato de o Rio Paraíba do Sul ser compartilhado por três Estados, trabalhou com vistas à viabilização da obra Jaguari-Atibainha que promove a interligação das Bacias Piracicaba, Capivari, Jundiá – PCJ e a Bacia do Paraíba do Sul. Para a execução de interligações, o governador Geraldo Alckmin encaminhou ofício à Presidência da República solicitando esforços para que o pacto federativo do uso da água do Paraíba do Sul começasse a ser discutido com a presença da Agência Nacional de Águas-ANA e do setor elétrico. Neste sentido o Governo do Estado de São Paulo pretendia antecipar o início da implantação da obra Jaguari-Atibainha e sua interligação com a Bacia do Rio Piracicaba. Este início ocorreu em março de 2014, quando a Sabesp, que é responsável pela operação do Sistema Cantareira, entregou a solicitação pretendida ao DAEE. Em abril de 2014, a ANA realizou reunião com os secretários dos três Estados e com o presidente do CEIVAP para iniciar as discussões que culminaram com a criação, em julho, do grupo técnico de análise, da viabilidade de implantação do projeto de interligação, que envolve representantes dos três Estados. O agravamento da seca, que se estendeu em toda a região leste do Estado de São Paulo, fez com que o grupo técnico passasse a analisar a segurança hídrica para todos os usos da água do Rio Paraíba do Sul, de forma conjunta e global. Informou que o grupo técnico trabalhou, exaustivamente, entre julho e janeiro, na análise dos fatores que causaram a depleção dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul, de forma a alterar suas regras de operação para geração de hidroeletricidade e priorizar o abastecimento público de água em todo o Vale do Paraíba, incluindo o Rio de Janeiro. Desta forma, o projeto de interligação Jaguari-Atibainha, passa a fazer parte de um contexto de segurança hídrica da região leste do Estado de São Paulo e de melhoria da situação da Bacia do Piracicaba, da Região Metropolitana de São Paulo e do Paraíba do Sul. O grupo técnico produziu um relatório final, em janeiro de 2015, intitulado "O aumento da segurança hídrica da Bacia do Rio Paraíba do Sul, a viabilidade hidrológica, interligação entre o reservatório do aproveitamento do Reservatório do Jaguari e da Bacia do Paraíba do Sul e Reservatório Atibainha". A partir desse relatório, foram alteradas as regras operativas dos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul com base em dados hidrológicos disponíveis e técnicas de modelagem de simulação hidrológica, por meio das quais foram testados os diversos comportamentos do

3





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

reservatório, mediante situações hidrológicas distintas. Enfatizou todos esses estudos realizados apontam que ocorreria um aumento na segurança hídrica do Rio Paraíba do Sul com a priorização da água para abastecimento público. Com isso, as necessidades do Vale do Paraíba e as regras operacionais para o Estado Rio de Janeiro seriam plenamente atendidas, com a implantação da transposição, utilizando-se uma pequena vazão de 5m³/s. Com isso, a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9433/97 seria atendida, a partir da prioridade dada à utilização das águas para o abastecimento público. O acordo que promove as alterações de operação do Rio Paraíba do Sul encontra-se registrado em ata de reunião ocorrida em 10 de março de 2015, entre os Secretários das Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e o presidente da ANA. Passou a dissertar sobre a nova Resolução que dispõe sobre as regras adotadas para operação do Sistema Hidráulico do Paraíba do Sul. Explicou que essas ações permitiram a recuperação dos reservatórios, de forma que já é possível perceber melhorias nas condições atuais, se comparadas com aquelas existentes alguns meses atrás. Esta melhora se deu também pelas restrições de operação impostas ao Rio de Janeiro. A representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos pediu desculpas por ter que deixar a audiência, em razão de compromisso assumido para aquela noite, mas informou que “a Secretaria de Recursos Hídricos, obviamente estava à disposição”. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, o engenheiro **Silvio Leifert**, Superintendente de Gestão de Empreendimentos da Sabesp, e o físico **Guillermo de Oliveira**, representante da PRIME Engenharia, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA. **Silvio Leifert** procedeu à apresentação das obras que permitirão a transposição das águas da Bacia do Paraíba do Sul e do Reservatório Jaguari para a Bacia dos Rios Piracicaba, Corumbataí e Jundiaí. Mostrou eslaides com imagens das principais características da RMSP que todos conhecem e da população. Argumentou que as mensagens faziam menção também à interligação que permitirá a transposição das águas da Bacia do Paraíba do Sul para o Reservatório de Jaguari e para Bacia dos Rios Piracicaba, Corumbataí e Jundiaí. Declarou que descrevera, assim, o roteiro da RMSP e que, em 2013, a Sabesp produzira 69 metros cúbicos, produção esta que teve de ser reduzida, e que fazia menção a ela com o propósito de mostrar como era feita a distribuição. Acrescentou que o Sistema Cantareira foi aquele que, em toda a RMSP, acusou a maior falha particular, especialmente onde se localiza o Reservatório Nazaré, sistema este que ora vivencia a maior crise hídrica de sua história. Fez referência à redução brutal de volumes estocados, às chamadas “vazões afluentes”, ou seja, ao que o rio traz para dentro dos reservatórios do Sistema Canteira da Sabesp. Observou, ainda, que a consecução dos objetivos é uma forma de contribuir para a recuperação do manancial e aumentar a segurança hídrica, evitando, assim, o sofrimento da população. Portanto, a Sabesp está, em um primeiro momento, utilizando o que é chamado reserva técnica do Sistema Canteira, tendo executado uma série de obras emergenciais, de forma que o volume reservado abaixo do ponto de tomada d'água, no Reservatório Jacaré, transfere as águas para serem colocadas em um sistema de bombeamentos, executando-se, assim a transferência, as chamadas 'Reserva Técnica 1' e 'Reserva Técnica 2'. Além disso, iniciou-se uma campanha que continua sendo feita por todos que pregamos o uso racional da água, e que se trata do processo de conscientização da população. Fez referências à política de bônus implementada pela Sabesp, que se configura uma forma de ajudar e incentivar as pessoas a economizar água. Referiu que a Sabesp colocou uma sobretaxa, uma tarifa adicional e especial para aqueles que não estão aderindo ao plano. Observou ainda que se procurou uma solução mais rápida para aportes aos mananciais, tendo sido feitas algumas interligações que permitiram que se transferisse para os locais onde o Sistema Cantareira não oferece condições de abastecimento. Além disso, observou, executou-se uma série de ações operacionais, de forma a permitir uma redistribuição dessa água. Ou seja, além das ações emergenciais implementadas ao final de 2013 e início de 2014 –, uma

4



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

série de intervenções está sendo promovida pela Sabesp, que as executará de modo que se consiga chegar ao final de 2017 a uma situação que permita manter e iniciar a recuperação dos mananciais. Dentre essas obras, que equivale a um Sistema Produtor Alto Tietê, que é outro Sistema Produtor da Sabesp, foi elaborado estudo que se inicia com as atividades realizadas no Rio Itapanhaú – um rio de vertente oceânica, que desce a serra, percurso em que é transferido para o Reservatório de Biritiba-Mirim, que se trata de outro reservatório que faz parte do Sistema Produtor Alto Tietê. A área do Reservatório Guarapiranga, nosso segundo maior manancial, está sendo aumentada, em mais de 1 metro cúbico por segundo –, a transferência do Reservatório Itaquaquecetuba para o Reservatório Guarapiranga. Esse aporte de água fará com que se amplie a Estação do Alto da Boa Vista, que trata todas as águas do Sistema Produtor Guarapiranga, para que ela tenha condições de tratar os 16 metros cúbicos por segundo. Além disso, observou, foram executadas também obras estruturantes maiores. A primeira é essa que está sendo apresentada e que será motivo dos debates da audiência. É uma transferência de 5.13 metros cúbicos por segundo, que se encontra em processo de licitação, e terá de aguardar todo o licenciamento. Outro é o Sistema Produtor São Lourenço cuja outorga de 4.7 se encontra em análise pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE. Acrescentou que a previsão de partida, de conclusão das obras e início da operação é o final de outubro de 2017. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **Eduardo Roberto Machado** declarou ser a obra uma necessidade, e que, como se verificou, tornou-se um dos problemas do século que há muito tempo foi visto. Manifestou-se o representante do Poder Executivo, **Joaquim da Cruz Júnior**, Prefeito do Município de Nazaré Paulista, que teceu considerações sobre a apresentação feita e, em seguida, sobre a Represa Atibainha, que constitui o núcleo da preocupação que a população alimenta sobre as questões ambientais. Senhor **Oscar** declarou que morava no Município, após o que comentou a necessidade de se incentivar a população a fazer perguntas, entre as quais se a interligação causará algum problema no Município; se as estradas vicinais serão abertas ao longo do curso; se a manutenção dessas estradas ficará a cargo da Sabesp. O Senhor **Orlando Paixão** declarou que fora eleito Vereador pelo Município de Santa Isabel e que há mais de quinze ou vinte anos vinha-se discutindo a crise da água que ora se vivenciava, talvez porque costumeiramente se discute a execução de programas de longo prazo, mas não de curto prazo como esse. O **Secretário-Executivo** teceu considerações sobre a dinâmica da reunião e o **Senhor Carlos**, por sua vez, declarou que morava no Município de Nazaré Paulista, que o empreendimento beneficiaria as Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Corumbataí e Jundiá e que as obras da Sabesp causavam certo temor e certa preocupação, pois algumas delas ensejaram o surgimento de um rastro ruim para a cidade, uma vez que alguns cidadãos perdem suas terras e outros se evadem da região. O **manifestante**, nesse contexto, perguntou o que se faria com relação ao desemboque e informou ter sido recentemente anunciado que a Sabesp reduziria seus investimentos no tratamento do esgotamento sanitário e que o Município de Nazaré Paulista, que, embora reconhecido como produtor de água, despeja esgoto 'in natura' no Rio Atibainha. Ao final perguntou quais seriam as decorrências caso se tratasse apenas do esgoto e se investisse tão somente na captação da água, e não em seu tratamento. Observou também que há pouco tempo teve conhecimento do seguinte relato: que o rio que atravessava uma cidade próxima de Campinas era poluído no início do trecho, captando os esgotos das cidades que naquela região eram atendidas pela Sabesp, jogando-os 'in natura' nos rios. O conselheiro Marcelo Pereira Manara agradeceu a oportunidade, parabenizou os representantes da Câmara Municipal de Nazaré Paulista e do CONSEMA. Argumentou, de início, ser esse um momento histórico importante porque, como revelaram as considerações feitas pelos cidadãos, pairava no ar, por parte da população, uma necessidade muito grande –, embora ainda houvesse muitas dúvidas e muitas questões a serem respondidas –, como, por exemplo, conhecer em que consiste essa intervenção, essa transposição de água ora proposta pelo Governo Estadual e pela Sabesp. Lembrou que o roteiro e o teor da

5





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

discussão fugiam um pouco da natureza das discussões que normalmente se travavam. Argumentou ainda que se preocupava com os impactos ambientais e sociais que a obra por si mesma provocaria, e que sua pretensão não era limitar-se tão somente à análise dessa proposta, mas, sim, discutir e levantar questões anteriores a esse momento. Por esse motivo, comentou, agradecia a presença, na audiência, da Secretária Adjunta de Estado da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Mônica Porto, atendendo, assim, à solicitação de que se usasse exatamente essa oportunidade para conhecer-se um pouco o que a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos tinha a oferecer enquanto estratégia de enfrentamento da atual crise hídrica. Porque, acrescentou, se trata de uma lacuna para a sociedade, que deve saber reconhecer e levantar questões, pois se vivencia hoje uma crise hídrica sem precedentes, o que impede que a analisemos de maneira segura. Agradeceu também a presença da Secretária de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos que procurou demonstrar que o Estado pensou e tem, sim, estratégia para o enfrentamento da crise no Rio Paraíba do Sul. Argumentou ainda que, com todo respeito, agradecia à pessoa da Secretária e ao seu staff técnico de alta competência que, com certeza, se debruçarão sobre os estudos. Entretanto, enfatizou, o que foi apresentado não é suficiente para que os munícipes valeparaibanos tenham plena segurança de que o abastecimento de água, no cenário atual, será garantido, principalmente, no cenário futuro. A questão da segurança hídrica, esclareceu, envolve muito mais, complementou, na medida em que requer mais que um simples ato, mas, sim, uma reversão de prioridades. Precisamos saber mais, argumentou, para podermos tomar uma decisão com relação a essa proposta. Declarou que passaria a nomear algumas questões que gostaria de considerar. Uma diz respeito ao uso múltiplo dos reservatórios – também colocado no documento e na Resolução referida pela Secretária – que o uso múltiplo está garantido pela Secretaria de Recursos Hídricos e pelo próprio Comitê de Bacia Hidrográfica, através da Deliberação CONSEMA 04/2015, que assim enuncia: “a retirada de água da Represa Jaguari, da Bacia do Rio Paraíba do Sul, nos termos solicitados pela Sabesp, impacta usos múltiplos do sistema integrado da bacia como um todo”. E, embora o documento anunciado pela Secretária ofereça uma garantia, de fato, o próprio Comitê de Bacia já anuncia um impacto ao uso múltiplo. Pois, observou, há cinquenta anos se afirma que os reservatórios gerarão emprego e renda e promoverão impacto positivo na população, promessas essas nunca cumpridas, inclusive no que diz respeito à qualidade ambiental, o que foi muito bem-posicionado pelo Prefeito do Município. Argumentou que o Reservatório do Jaguari tem condições críticas, em termos de qualidade da água, pois se encontra tomado por macrófitas, e o uso múltiplo, na verdade, sempre foi uma promessa vazia dos gestores, do Estado e, também, da Senhora Sabesp. Argumentou ainda que nunca se vivenciou, de modo integral, o que seria esse uso múltiplo, e, agora, só o vemos utilizado por uma proposta de transposição de 5 metros por segundo. Enfatizou não ser compensatório atrelar-se a esse processo. E, no que diz respeito ao fato de ser compensatória a proposta em sua análise final e no licenciamento expedido, o próprio Comitê de Bacia fez sérias críticas e coloca recomendações para que o trato da qualidade da água no Reservatório do Jaguari seja posicionado de forma correta. Argumentou que a apresentação da Sabesp o deixa realmente confuso, e ele gostaria de alguns esclarecimentos de aspectos relevantes de seu cenário conjuntural. Marcelo Manara declarou que, ele, também, tinha ficado confuso também com alguns números oferecidos pela Sabesp em relação à volta, uma vez que, para ele, não se esclareceu se essa volta acontecerá também nas obras do sistema de transposição. Depois de tecer ainda uma série de considerações a esse respeito, o conselheiro Marcelo Manara explicou que informações como “olha, vocês receberão mais água do que estão mandando” confundirá a população, e, portanto, a comunicação deve ocorrer em outros patamares.” **Silvio Leifert e Guillermo de Oliveira**, passaram a dirimir dúvidas formuladas pelos manifestantes em suas intervenções e que diziam respeito, entre outras questões e aspectos, à placa colocada na obra; aos processos de licitação referidos no contrato; ao objetivo que a Sabesp persegue nos Municípios; à especificidade do licenciamento realizado pelo

6



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Município de Santa Isabel e aos objetivos perseguidos pelo Prefeito, qual seja, que a Sabesp faça jus aos compromissos assumidos. Eles têm certa dificuldade, mas o objetivo em assumir. **Silvio Leifert** referiu-se ainda à questão da perda de água, que, observou, trata-se de assunto bastante complexo, semelhante à tarefa de se substituírem tubulações mais antigas, o que seria uma solução para o Município de Santa Isabel. Referiu-se, também, às redes que possuem microfissuras e, por isso, provocam vazamentos. Outra questão, anuiu, é o chamado “plano de carga”, estabelecido através da regulação da pressão, com o propósito de não se submeter a rede a uma pressão maior. Isso, no que se refere à água que sai da Estação de Tratamento e vai até a casa do consumidor. Referiu-se, em seguida, às ações de substituição chamadas de “ramais domiciliares”. E, depois de explicar detalhadamente como se executa uma ligação, teceu comentários sobre o planejamento futuro, que, a seus olhos, se consolida na redução das metas previstas, porque cada vez que se consegue não investir em algo novo é porque se está reduzindo perdas. Observou que, caso se tivesse acesso ao histórico da empresa, aos novos sistemas produtores, verificar-se-ia a ocorrência de um deslocamento que se faz, quando se pergunta “ah, por que você não fez em 2008?”. Esclareceu que não se colocava o sistema para ficar à disposição, mas, sim, para entrar e operar. Argumentou que as campanhas que a Sabesp tem promovido para que as pessoas usem a água com – digamos assim – inteligência podem parecer um contrassenso, porque essa fala quer dizer “não consuma o meu produto”. O consultor afirmou que a Sabesp consegue operar seu sistema sem ter necessidade de executar outros novos e que a vazão máxima de retirada é 8 mil e 500 litros por segundo. O que a resolução determina, enfatizou, e do que teremos de prestar conta diz respeito ao volume de 162 milhões de metros cúbicos. Pontuou que, em primeiro lugar, a Sabesp não precisa operar os doze meses do ano, e, em segundo lugar, o sistema que opera na RMSP possui intervenções de curto prazo relativas à água. Depois de explicitar essas perdas, **Silvio Leifer e Guillermo de Oliveira** passaram a oferecer informações sobre questões relacionadas com a perda de água. Referiram-se, em seguida, à questão do tratamento de esgoto, na RMSP, onde a Sabesp está introduzindo projetos interessantes que lançam mão de tecnologias de tratamento avançadas, que buscam a redução de fósforo e nitrogênio nos efluentes. Ambos manifestantes fizeram comentários ainda acerca das características de cada uma das estações da RMSP, mais precisamente, sobre nas Estações de Suzano, Parque Novo Mundo, Mauá e Santo André; sobre processos envolvidos no projeto, como desapropriação e compensação dos impactos; aos bens públicos já existentes; aos cuidados a serem dispensados às estradas vicinais; e, ainda, ao cumprimento das exigências formuladas pela Sabesp. Lembrou, ao final, que a questão da interligação provocou uma rediscussão institucional no nível do próprio Governo Federal. Depois de externar seus agradecimentos aos técnicos da PRIME e da Sabesp, o conselheiro Marcelo Manara declarou que eram extremamente frágeis os fundamentos jurídicos da obra, que era uma resolução. Outra questão sobre a qual o conselheiro Marcelo Manara tecera considerações disse respeito ao não cumprimento das prerrogativas e exigências em termos da demonstração cabal das alternativas locacionais e tecnológicas previstas na Resolução CONAMA 1/86, no artigo 5º e 6º. As últimas observações feitas pelo conselheiro disse respeito a questões institucionais. Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho** esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, **Patrícia Iglecias**, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, lavrei e assino a presente ata.

Paula Frassinete de Queiroz Siqueira